

XIII Congresso dos
Trabalhadores
da Unicamp

12 a 14 de novembro de 2015
Auditório da Adunicamp e CIS-Guanabara

**Os trabalhadores não
vão pagar pela crise!**




JUNTOS SOMOS FORTES!



NOVEMBRO DE 2015

**Os trabalhadores não
vão pagar pela crise!**

JUNTOS SOMOS FORTES!



Caderno de Resoluções



APRESENTAÇÃO

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, realizado entre os dias 12 e 14 de novembro de 2015, contou com a participação de mais de 200 delegados e delegadas e reafirmou a importância de avançar na luta em defesa de reivindicações históricas da categoria. Estarão entre as prioridades do sindicato nos próximos dois anos a luta pela isonomia salarial com a USP e a carreira, o fim da terceirização e do assédio moral, a retomada da jornada de 30 horas para todos na área da Saúde, a mudança democrática do estatuto da Unicamp e a extensão aos aposentados dos benefícios conferidos aos trabalhadores na ativa. Além do combate a qualquer forma de opressão e discriminação.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou ainda as contas do STU (janeiro a setembro de 2015) e elegeu o novo Conselho Fiscal.

Para dar amplo conhecimento das deliberações do fórum máximo da categoria, o STU lança este caderno especial com as resoluções, encaminhamentos e moções aprovadas pelos delegados eleitos pela categoria.

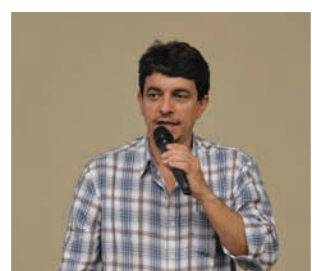
A leitura, portanto, deve qualificar ainda mais as lutas que estão por vir.

Entidades e movimentos saudaram o XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

O ato de abertura do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, contou com a participação de João Carlos Oliveira, representante do Fórum das Seis; Adilson Araújo, presidente da CTB; Mozart Simões, representante da FASUBRA; Adenilson da Silva, representante da CUT-SP; José Freitas, representante da CSP-Conlutas; Paulo Sampaio, representante da Adunicamp e Flávia Oliveira, presidenta da UEE-SP. O ato foi coordenado por Marcilio Ventura, representante da diretoria do STU.



ABERTURA



Mozart Simões
FASUBRA



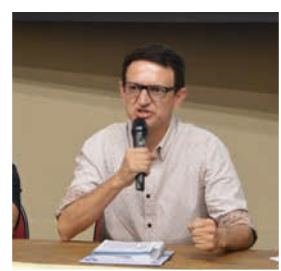
Adenilson da Silva
CUT-SP



Paulo Sampaio
Adunicamp



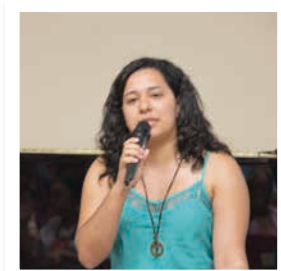
José Freitas
CSP-Conlutas



João Carlos Oliveira
Fórum das Seis



Adilson Araújo
CTB



Flávia Oliveira
UEE-SP

DEFESAS E APROVAÇÃO DA TESE GUIA



Adriana Stella
Tese 4 - Base de Luta



Pinheiro
Tese 2 -Unidade e Luta!
Construindo o Vamos à Luta Nacional!



Antonio Alves - Toninho
Tese 2 -Unidade e Luta!
Construindo o Vamos à Luta Nacional!



João Raimundo de Souza - Kiko
Tese 5 - Alerta Unicamp. Compromisso com os trabalhadores - CTB



Margarida Barbosa
Tese 5 - Alerta Unicamp. Compromisso com os trabalhadores - CTB



Francisco Genézio Lima de Mesquita
Tese 1 - Tá na hora de um sindicato para a categoria - CUT



Celso Ribeiro de Almeida
Tese 1 - Tá na hora de um sindicato para a categoria - CUT



Iuriatan Muniz
Tese 3 - Vamos à luta!



Diego Machado Assis
Tese 3 - Vamos à luta!

TESE	VOTOS
Tese 1 – Tá na hora de um sindicato para a categoria – CUT	36
Tese 2 – Unidade e Luta! Construindo o Vamos à Luta Nacional!	47
Tese 3 – Vamos à Luta!	23
Tese 4 – Base de Luta 0 (retirada)	0
Tese 5 – Alerta Unicamp: Compromisso com os Trabalhadores – CTB	49
TOTAL	155

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Aprovada a prestação de contas do STU

A plenária do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou o Balanço e o Parecer apresentado pelo atual Conselho Fiscal, referente ao período de janeiro a setembro de 2015.

O colegiado encerrou sua gestão indicando que houve da parte da diretoria uma correta conduta, que manteve o equilíbrio das finanças da entidade. Assinaram o documento os conselheiros Civaldo Paulo Gomes, Miriam Camila Garcia de Lime, Sandra Marli Scutti, Silvana Di Blásio e Thiago Mendes Cardoso.

Eleitos os novos membros do Conselho Fiscal do STU

Para o novo Conselho Fiscal foi aprovada a chapa unificada composta proporcionalmente pelos quatro coletivos que integram a diretoria do STU, sendo os titulares: Anderson Manoel Batinga de Araujo, William Alexandre de Oliveira, Sandra Marli Scutti, Silvana Di Blásio e Thiago Mendes Cardoso e os suplentes: João Daniel de Moura, Maria Regina Delbin Paccola e Rivaldo de Souza Oliveira.

ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL



Congresso debate conjuntura

O debate sobre conjuntura abriu o segundo dia do XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp. Compondo a mesa, Marina Rebelo (Unidade e Luta – Construindo Vamos à Luta Nacional); Mariana Conti (Vamos à Luta); Adriana Stella (Base de Luta); Mozart Simões (Tá na hora de um sindicato para a categoria – CUT) e Carlos Artioli (Alerta Unicamp: Compromisso com os Trabalhadores – CTB). Mediando as discussões, o diretor do STU Teófilo Reis.

Como principais ideias de discussão, os debatedores e defensores das teses levantaram a questão do retrocesso político que o país sofre por meio das ações do presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a perda de benefícios trabalhistas e os danos da crise mundial. A questão do impeachment da presidenta Dilma Rousseff também foi abordada.

Após a explanação dos debatedores, a coordenação da mesa abriu espaço para contribuições de alguns trabalhadores que aproveitaram o momento para analisar a situação política-econômica do país. Ficou evidente que é preciso apontar caminhos para combater essa crise e que o STU deve estar na dianteira dessas discussões no campo da defesa do funcionalismo e do serviço público, mas do conjunto da classe trabalhadora.

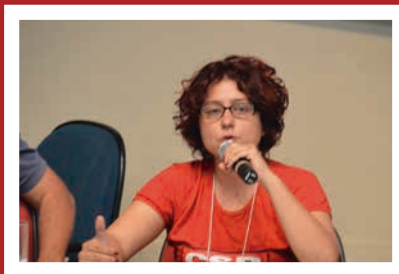


DEBATE CONJUNTURA



Carlos Artioli

Tese 5 - Alerta Unicamp. Compromisso com os trabalhadores - CTB



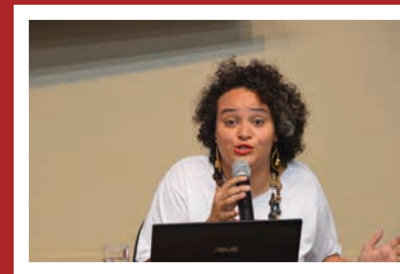
Adriana Stella

Tese 4 - Base de Luta



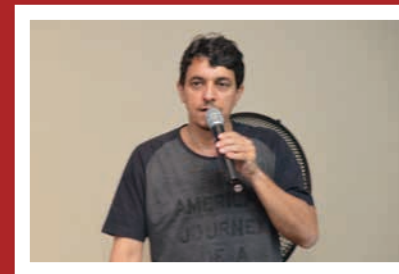
Mariana Conti

Tese 3 - Vamos à luta!



Marina Rebelo

Tese 2 -Unidade e Luta!
Construindo o Vamos à Luta Nacional!



Mozart Simões

Tese 1 - Tá na hora de um sindicato para a categoria - CUT



**PLENÁRIA
FINAL**



O STU e a Proporcionalidade

A última eleição do Sindicato se deu após dificuldades da gestão Vamos à Luta, que levou à antecipação do pleito. Foi a primeira vez desde a fundação do STU que uma diretoria não consegue completar o mandato.

A atual gestão do Sindicato tem tocado as lutas dos trabalhadores da Unicamp. Assumiu e já teve que encaminhar a greve de 112 dias em 2014, que impôs uma derrota ao CRUESP ao garantir a reposição da inflação. Encaminhou as demandas da campanha salarial no ano de 2015 e a negociação da referência para todos, com elevação dos pisos, caso se atinja R\$ 92,2 bilhões na arrecadação estadual, com objetivo de avançar na isonomia. Tocou a greve de oito dias que tinha como objetivo denunciar os supersalários e as duplas matrículas, apontando para a prioridade da isonomia, mesmo com a maioria da diretoria tendo discordância com o encaminhamento apro-

vado na assembleia.

A atual gestão também repôs a rotina de reuniões ordinárias da diretoria como instrumento de organização da categoria e realizou todas as assembleias quando a conjuntura ou o estatuto do Sindicato exigiram. O Sindicato segue seu curso democrático e realizou o XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp.

Na condução da gestão a diretoria aprovou o retorno do escritório Cremasco e Faccioli Advogados para tocar o jurídico do STU. O atual jurídico tem feito vários encaminhamentos importantes, respondendo as demandas da categoria. E o XIII Congresso considerou que houve um prejuízo para categoria, quando se trocou um jurídico que foi aprovado em assembleia. Considera também equivocado o fim do Fundo Jurídico, criado na gestão Alerta, que possibilitava recursos para ser aplicado nas contratações

BALANÇO E DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DO STU

de peritos e pagamentos de sucumbências, além de ajudar na estruturação do jurídico.

O atual Termo de Ajuste de Conduta sobre Assédio Moral é uma vitória da categoria. Ele teve início com o Acordo de Enfrentamento ao Assédio Moral em 2008, mas foi retomado após a denúncia de trabalhadores da Pediatria do HC, na gestão anterior do STU, e culminou com a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, entre a Unicamp e o Ministério Público do Trabalho, em setembro de 2015. Estamos retomando outro acordo que trata das condições de trabalho e também os projetos de construção da sede do STU.

Essas são questões que mostram acertos, mas também muitas dificuldades na diretoria. São poucos avanços organizativos. O Conselho de Representantes ainda não emplacou e continuam as dificuldades na organização.

Diante do atual quadro de dificuldades uma avaliação que surge é que as dificulda-

des existem em decorrência da proporcionalidade. Hoje são quatro chapas que atuam no Sindicato: ALERTA UNICAMP – 9 diretores, Vamos a Luta – 8 diretores, Grupo Apesar 5 diretores, Lutar pra Valer 5 diretores. O STU já apoiou e foi crítico desse modelo de eleição, a partir das deliberações Congressuais. Nesse momento entendemos como equivocado atribuir a proporcionalidade os problemas do STU. Eles são decorrentes das dificuldades conjunturais do movimento sindical que sofre os efeitos do neoliberalismo e do individualismo, mas também tem influência de concepções que atuam no STU com visões voluntaristas, que não valorizam a construção organizativa da categoria. Esse é um debate que o Congresso vai aprofundar e que já esteve presente na crise da diretoria na gestão Vamos a Luta. Ele será resolvido no debate político e não adianta artificializá-lo na forma da organização.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Manter a proporcionalidade no Sindicato, conforme consta no Estatuto do STUs;
- Que o STU deve dar ampla divulgação sobre o acordo que gerou o TAC sobre Assédio Moral, aprofundando a discussão sobre ações comuns com o DCE e a Adunicamp, além de aprofundar a troca de experiência com outras categorias. Devemos ter como meta a realização de um seminário anual para balanço do Termo de Acordo;
- Que o STU deve recolocar nas suas metas para o primeiro semestre de 2016 o fortalecimento e reorganização do Conselho de Representantes, bem como investir na Organização por Local de Trabalho (OLT) e aprofundar a relação com a CIPA, com vistas a apoiar e participar de atividades que tratam da defesa da saúde do trabalhador e segurança do trabalho;
- Que o STU deve retomar o trabalho de comissões específicas que possam discutir, formular e encaminhar políticas sobre temas como carreira, saúde do trabalhador, esporte, cultura, educação, luta antirracista, gênero, LGBTT etc. As coordenações das respectivas áreas, com apoio da diretoria, devem impulsionar esse modelo de organização;
- Que o STU deve incluir no seu calendário

anual o Seminário Paulo Freire;

- Que o STU deve retomar projeto jurídico que prevê que, das causas ganhas no judiciário através do Jurídico do Sindicato, 5% sejam destinados para um fundo com vistas a arcar com sucumbências, contratação de perícias e estruturação do departamento Jurídico;
- Que o STU deve incentivar e promover atividades que visam a integração da categoria, tais como: Torneio de Futebol Zumbi dos Palmares (com as categorias Infantil e Adulto), Festa Junina, Baile do Funcionário Público, Festa de Fim de Ano, Cine-Clube do STU, bem como a realização de vivências culturais através de excursões a museus, quilombos, etc;
- Que o STU deve apoiar e participar da Semana do Meio Ambiente, com vistas a avançar nas questões socioambientais e na busca de uma sociedade e uma Universidade mais sustentável, e também apoiar e cobrar o cumprimento do documento-compromisso que estabelece agenda para que a Unicamp avance numa política ambiental;
- Que o STU deve adequar o projeto de construção da sede do Sindicato com vistas a viabilizar a ocupação do terreno da entidade que fica ao lado da Adunicamp. Para isso, deve destinar o valor descontado do imposto sindical dos não-sócios para o Fundo

de Construção da Sede e fortalecer a comissão permanente da construção da sede, com a incorporação de novos membros, a saber: Marcílio Ventura, Sandra Ramos, João Daniel, Altamiro, Conceição, Renata e Regina;

- Que o STU deve apoiar a formação de cursos pré-vestibular com caráter social extensivos aos funcionários e familiares.

O STU e a luta dos aposentados

A luta em defesa dos direitos dos servidores aposentados sempre foi e deve continuar sendo uma das prioridades do STU, não só pela contribuição e dedicação que estes trabalhadores deram à Universidade, mas também porque é uma luta em defesa da dignidade de quem mais precisa, quando aumentam as despesas com saúde e alimentação e se abre a possibilidade de gozar tempo livre para as vivências que o mundo do trabalho impede aos que constroem a riqueza social. A luta pelos direitos dos aposentados deve ser encampada por todos os servidores da ativa, tendo em vista que estes serão os aposentados de amanhã.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Que o STU deve fortalecer o Departamento de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria, aprimorando a política de comunicação e realização de atividades e eventos que mantenham os aposentados conectados com o Sindicato, além de apoiar e cobrar iniciativas feitas pela Universidade, como as que criaram a Universidade da Terceira Idade;
- Que o STU deve ter sempre uma política efetiva de acolhimento, organização e mobilização dos aposentados;
- Lutar pela recomposição do poder aquisitivo dos aposentados em regime CLT;
- Promover o Encontro de Aposentados da Unicamp;
- Buscar realizar o Baile dos Aposentados no CIS Guanabara, mediante aprovação da Coordenação de Aposentados e do CIS.
- Incorporar os seguintes pontos da proposta de pauta do Deptº de Aposentados apresentada na forma de contribuição ao Congresso:
 - a) Que os aposentados da Unicamp tenham direito a vagas no Conselho Universitário e possam votar em todas as instâncias da Universidade, inclusive na escolha de Reitor, visto que isto pode potencializar nossa capacidade de pressão pelos direitos dos aposentados;
 - b) Encaminhar à Assembleia Legislativa do

Estado de São Paulo um documento solicitando que os deputados aprovem o projeto de lei 399/2015, que assegura o pagamento de auxílio alimentação aos aposentados e pensionistas das Universidades Estaduais Paulistas, e desenvolver políticas de incentivo para envolver os funcionários ativos na luta pela extensão do auxílio alimentação para os aposentados;

- c) Manter a luta pela aprovação da PEC 555/2006, que acaba com a cobrança de contribuição sobre os proventos dos servidores públicos, aposentados e pensionistas;
- d) Encaminhar a luta para garantir da paridade entre os ativos, aposentados e pensionistas;
- e) Fornecer estrutura para o Deptº de Aposentados organizar Encontros dos Aposentados das três Universidades Paulistas;
- f) Lutar pela rejeição da PEC 139/2015, que extingue o abono permanência na forma do texto proposto;
- g) Criar um link na página do Sindicato para assuntos de aposentadoria;
- h) Lutar para que o Estatuto do Idoso seja respeitado;
- i) Fornecer condições (custeio) para as atividades políticas e de lazer dos aposentados.

Um projeto de comunicação para o sindicato

A comunicação do Sindicato é um departamento fundamental. A comunicação com a categoria, divulgação das ações, explicações sobre as políticas, agitação para a luta e constituição de identidade política com a entidade perpassam à coordenação de imprensa. Neste sentido, para além de pensar as tarefas a serem cobertas pela assessoria de imprensa, é fundamental pensar que Comunicação queremos no STU.

É necessário que o STU compreenda a comunicação como prioridade, como um projeto impulsionador da luta sindical e do enraizamento da entidade na base, sendo mais do que o conjunto de suas publicações. Precisamos de uma equipe de comunicação conectada com a categoria e seus anseios, que se responsabilize por responder às demandas dos trabalhadores e que seja a vitrine da entidade.

A comunicação do STU precisa estar atenta à atividade cotidiana da direção sindical, em preocupação permanente com a formação política da categoria e com a organização sindical (visitas às bases e difusão dessas atividades de forma organizada e analítica – não apenas informativa -, divulgação de informações de interesse dos trabalhadores ainda que não diretamente relacionados com as questões sindicais específicas, geração de conteúdo diferenciado não só em termos de forma e acompanhamento das redes sociais).

Com a crescente informatização da vida temos que entender que se a entidade não assumir o protagonismo imediato e in loco da comunicação das atividades outros o farão, e de forma por vezes confusa e dispersa. Afinal, nessa “era de informação digital” a produção de conteúdos não é exclusividade da grande mídia e

nem das entidades. Precisamos entender as mídias instantâneas como uma ferramenta de auxílio da luta sindical, e “sairmos na frente” na constituição dos conceitos e pautas coletivas que dizem respeito à categoria. Além de entender tais ferramentas como importantes aliados no estreitamento de laços entre a categoria e a direção, e entre o STU e demais movimentos de esquerda.

Mas não podemos esquecer que, assim como as redes sociais são importantes aliados na comunicação imediatista, elas também apresentam limitações. O perfil de tamanho dos textos e de caráter instantâneo não permitem grandes debates e um aprofundamento linear de discussão. Para estas demandas os instrumentos mais importantes continuam a ser o jornal e a revista, onde se pode entrar em maiores detalhes e aprofundar as discussões, conectando debates e se abrindo para intervenções da categoria, não somente da direção da entidade.

A diversificação dos meios de comunicação do Sindicato ajuda de imediato à propagação das atividades e políticas da entidade, pois amplia a quantidade de pessoas que têm contato com a entidade. Elaboração de vídeos e campanhas midiáticas, debates online, regularização do jornal bimestral com espaço para o trabalhador escrever/publicar, pontos de acesso a notícias e informação, Facebook,

revista semestral temática, boletim para as notícias de caráter mais imediato e agitativo, textos para publicação na grande mídia e nas mídias alternativas, agendamento de entrevistas, releases das atividades sindicais etc são exemplos de tarefas possíveis e que diversificam o alcance do Sindicato.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Desenvolver campanhas visuais com vídeos e cartazes;
- Avançar numa política de elaboração de vídeos explicativos;
- Organizar debates online;
- Regularizar o jornal bimestral, com espaço para o trabalhador escrever/publicar;
- Retomar a publicação de uma revista temática semestral;
- Criar pontos de acesso a notícias e informação pelos campi;
- Tornar mais dinâmica a página da

entidade no Facebook;

- O Boletim deve ser o veículo para divulgação das notícias de caráter mais imediato e agitativo;
- Publicar textos na grande mídia e nas mídias alternativas;
- Desenvolver uma política de agendamento de entrevistas;
- Avançar na elaboração de releases das atividades sindicais e divulgação de atividades políticas e culturais de interesse da categoria.



Avançar nas lutas e conquistas na Unicamp

Nossa pauta de reivindicações tem conquistado avanços ao longo dos anos. Conquistas como o auxílio alimentação, sexta-parte, mudança de regime, programas educativos, isonomia e a retomada das 30 horas na saúde exigiram sempre muita luta. Tadeu se elegeu incorporando as reivindicações dos trabalhadores no seu programa. Mas essas reivindicações são frutos de lutas e mobilizações e pertencem aos trabalhadores. É a isso que devem ser creditados os avanços parciais que tivemos nas 30h, na isonomia e na mudança de regime.

Todas essas reivindicações ainda estão por se consolidar: a resolução sobre as 30h aprovada em 2013 no Consu deixou vários setores de fora e ainda trouxe sobrecarga para a área com a não contratação de funcionários; a efetivação da isonomia extrapolou os dois anos do compromisso do reitor e ainda

não chegamos ao piso da USP, considerando que nesse período ficamos dois anos sem avaliação; e a mudança de regime, que se insere na reivindicação histórica do STU de um Regime Jurídico Único, está sub judice na medida que houve contestação do Tribunal de Justiça de São Paulo, que considerou inconstitucional a mudança, que agora é objeto de recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). Garantir que essas e outras conquistas avancem vai depender da unidade, organização e da capacidade de luta dos trabalhadores.

O STU tem larga experiência em mobilização e lutas na Unicamp para saber que não adianta só falar mal do reitor e fazer o discurso da negação - é preciso enfrentar o debate ideológico e organizativo para ter os trabalhadores conosco na luta. Na história das nossas lutas quando isso aconteceu tivemos vitórias,

UNICAMP

acumulamos força, reforçamos a unidade e fortalecemos a universidade pública.

Nosso Congresso reafirma o compromisso com nossa pauta e os caminhos de luta e mobilização para avançar nas conquistas. Os trabalhadores exigem mais transparência da Universidade para acabar com o supersalários, as duplas matrículas e outros privilégios usurpados da Universidade pública.

Reafirmamos também a luta pela democracia. É de um enorme prejuízo a Unicamp fazer um debate formal de reforma dos Estatutos, limitando a discussão ao Consu, sem um amplo debate com a comunidade. A diretoria do STU apresentou formulações para democratizar a Universidade na discussão dos estatutos. Os representantes dos funcionários no Consu que se referenciam na entidade têm levado essas propostas, que certamente encontrarão resistências para aprovação de 2/3 do Consu (quórum necessário para aprovar mudanças do Estatuto). Fazer esse deba-

te sem um processo estatuinte e num ambiente de pouca pressão e mobilização dificultará avanços mais significativos. Por isso, caberá ao STU, juntamente com o DCE e a Adunicamp, a pressão para que o debate se democratize e avancem as mudanças estatutárias.

O STU também deve aprofundar o debate sobre qual universidade queremos, para que os processos como esse da reforma dos estatutos ou de escolha de reitor, não se limitem a discutir pautas de reivindicações, mas avancem para uma debate sobre democracia e compromissos com a universidade pública e a inclusão social.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Reafirmar a defesa da pauta de reivindicação dos trabalhadores, exigindo a negociação de seus itens com a entidade;
- Incluir na pauta do Sindicato a discussão da luta pela jornada de 30 horas para todos os trabalhadores da Unicamp, sem redução de salários e com a abertura de

novas vagas por concurso público, a exemplo do que já acontece em algumas universidades federais;

- Incorporar a campanha pela Estatuinte com eleições diretas e paritárias como parte da campanha salarial 2016;
- Reafirmar a isonomia já e cobrar o cumprimento da proposta de isonomia do programa de gestão Tadeu/Alvaro;
- Que o STU deve construir a partir desse Congresso a Campanha Salarial de 2016, através das reuniões da direção do Sindicato preparatórias para a organização do calendário de lutas (Janeiro e Fevereiro/2016 – reuniões das unidades e eleições dos representantes de unidade para o comando de mobilizações; Fevereiro e Março/2016 – CRSTU e instalação do Comando de Mobilização; Abril/2016 – propor Plenária Conjunta de Mobilização do Fórum das Seis e discutir com o SINTUSP, SINTUNESP e SINTEPS a preparação da mobilização da campanha salarial a partir da realidade dos técnicos administrativos; Maio/2016 - assembleias gerais para discutir indicativos e propor às demais entidades dos técnico-administrativos que ao final de todo esse processo os Sindicatos deverão aproveitar a mobilização e envolvimento das categorias para realização de um seminário para debate e organização

do sindicato unificado);

- Que o STU deve estar mais presente nas unidades externas, garantindo a estas a possibilidade do plantão jurídico e a presença e reuniões com diretores, o fortalecimento das representações locais - principalmente do CR -, bem como políticas de comunicação voltadas para essas unidades, a promoção de eventos, debates e atividades culturais - contribuindo para a formação e integração dos trabalhadores. O Sindicato deve também firmar parcerias com as associações locais visando facilitar essa integração;

- Exigir da Unicamp mecanismos de transparência e cumprimento da lei para por fim aos supersalários, duplas matrículas e outros privilégios usurpados da universidade pública. Essa posição deve ser encaminhada pelo STU junto ao Fórum das Seis;

- Reafirmar nossa luta pela democracia: paridade, eleições diretas e estatuinte paritária para reforma dos estatutos; e políticas de inclusão;

- Cobrar reformulações na composição do Consu, já garantindo a incorporação da representação dos professores da rede pública, através da Apeoesp, e da representação dos estudantes, através da UEE, além de garantir aos aposentados o direito

de votarem e serem votados;

- Que o STU deve ter uma atuação mais ativa na organização e no debate da eleição dos representantes técnico-administrativos no Consu. O XIII Congresso aprova que será papel do STU organizar uma chapa, através de assembleia geral, com um programa previamente definido e construído com a categoria, além de prever estrutura do Sindicato para divulgar as propostas e as candidaturas. Os representantes eleitos por esse programa terão compromisso de prestar contas à categoria.

- Que o STU deve promover debates e formulações dos trabalhadores acerca de qual universidade queremos.

Funcionamento do Comando de Greve (CG)

A diretoria do STU deverá discutir e apresentar uma proposta de funcionamento do Comando de Greve que deverá ser debatida e aprovada pela Assembleia Geral que deflagrar a greve e instalar o CG, tendo como base o texto e as deliberações a seguir: “Nas últimas greves temos assistido debates de como deve se comportar o CG: deve ser aberto ou ter represen-

tantes indicados das unidades em greve? O Comando tem papel fundamental na greve, desde pensar a política até sua estrutura, mas também tem o papel de enraizar a greve dentro da universidade. Por isso defendemos que o CG regulamentado seja uma instância estatutária do STU e constituído por representante indicado das unidades, aplicando-se proporção referente ao tamanho da unidade. Os aposentados poderão indicar seus representantes pela Assembleia Geral (AG) dos aposentados convocada para este fim. Isto garantirá que não haja distorção na hora de votar decisões polêmicas referentes à greve, com unidade de menor número tendo o mesmo peso de uma unidade três vezes maior. Isto garantirá a responsabilidade política do comando, onde tanto a direção sindical quanto os trabalhadores da base saberão quem são os representantes no comando e qual a sua tarefa ali. O representante da unidade tem a tarefa de organizar a unidade no intuito de debater a greve, propor formas de construir

o movimento, trazer informes de sua unidade para as reuniões do CG, levar a deliberações da reunião do CG para unidade e votar nas reuniões do CG de acordo com as propostas debatidas nas suas unidades.”

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Que a diretoria participe do comando de greve;

- A unidade que não estiver em greve não tenha delegado;

- É a assembleia geral que instala o comando de greve;

- Não constar no estatuto; e

- Reformular proporção de delegados, baseando-se no número de presentes na reunião da unidade.

A área de saúde da Unicamp

Essa é a principal ponte entre a Unicamp e a comunidade. Os hospitais da Unicamp são peças-chaves na estruturação do SUS na nossa região e também fora dela. Para o STU a luta é para que a área de Saúde continue vinculada a Unicamp, produzindo ensino

pesquisa e extensão, atendendo exclusivamente pelo SUS. Mas não podemos fechar os olhos diante das dificuldades dos trabalhadores que sofrem com a falta de condições de trabalho, pressão, assédios, etc. Recentemente retomamos às 30h na saúde. Essa é uma conquista histórica dos trabalhadores, fruto de muitas lutas e greves, retiradas durante a gestão Tadeu em 2006. Ainda há setores que precisam avançar nas 30h.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- O STU deve retomar um acompanhamento continuo das condições de trabalho na área, retomando o acordo que tratou das condições de trabalho;

- Deve organizar uma Comissão de Saúde do HC e Caism, buscando construir essa organização com os cipeiros das respectivas áreas;

- O STU deve efetivar a contratação de profissional, capaz de contribuir na organização e debate das condições de trabalho e produzir laudos sobre condições de trabalho, visando negociações internas e eventuais processos judiciais;

- O STU deve retomar gestões para que tenha espaço físico para sede do STU na área de saúde, enquanto não tem a sede encaimhar como tarefa dos liberados plantão semanal na área;
- Contra a autarquização e a desvinculação dos hospitais universitários;

O Sistema Educativo da Unicamp

O sistema educativo da Unicamp, hoje com o nome de DEDIC (Divisão de Educação Infantil e Complementar), sofre nos dias de hoje as consequências das últimas gestões da Universidade e da própria Divisão. A tentativa de desmonte criou um sentimento de desconfiança e abandono entre os funcionários lotados nessa unidade. Como o projeto anterior era um desmonte parcial (ficar apenas com os anos iniciais), não houve preocupação com o credenciamento das creches. Sendo assim, sem o credenciamento outras situações foram encadeadas, como abandono da estrutura física, não contratação de funcionários para repor os que foram aposentando ou saindo

da unidade, entre outras. Nesta gestão o programa definido pelo reitor prevê um novo PPP Plano Político Pedagógico para a regulamentação do credenciamento e assim implementação de um terço da jornada de trabalho que será destinada para planejamento formação etc. Este era o principal eixo da proposta para este setor. Porém após dois anos de gestão o que avançou foi apenas o PPP e o credenciamento que está aguardando as deliberações legais por parte do estado. Nestes dois anos o setor já realizou algumas ações específicas dentro do período da data para reivindicar a sua pauta específica, Também ocorreram alguns embates internos devido a divergências com equipe da direção indicada pelo reitor. O STU reconhece a importância do setor para as mobilizações de greve, e entende ser necessário maior atenção para que as pautas sejam atendidas urgentemente, pois o problema do sistema educativo na universidade já se tornou crônico, o que gera conflitos entre os trabalhadores. Também a falta

de apoio e política definida pela administração central às chefias imediatas é outro motivo de tensão. O Sindicato tem de criar uma política que dispute o PPP envolvendo as educadoras e pais.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- STU promova um encontro sobre a educação infantil na UNICAMP;
- Defesa da ampliação do sistema educativo com qualidade;
- Ampliação de vagas na DEDIC e contratação de professores;
- Realização de seminários permanentes em defesa da educação e do sistema educativo;
- Participação ativa das educadoras no seminário Paulo Freire com a tarefa de debater a questão do sistema educativo da universidade;
- Promover o encontro das educadoras da UNICAMP, USP e UNESP e Centro Paula Souza;
- STU exigirá o cumprimento imediato da lei do piso dos professores do magistério, no item que garante as professoras das creches e do prodecad o cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho para as atividades vinculadas a docência;

A terceirização na Unicamp

A Unicamp é um laboratório e modelo de terceirização na área pública. Faz isso desde o início dos anos noventa, quando decidiu substituir vagas permanentes, por vagas terceirizadas. Utiliza a Funcamp e empresas terceirizadas para isso. Os trabalhadores terceirizados sofrem com a precarização: tem menos direitos, salários menores e ainda tem a pulverização da representação sindical. O Sindicato luta contra a terceirização na Unicamp e já o fez denunciando a terceirização judicialmente, mobilizando os trabalhadores por direitos e transformando o STU numa frente de todos os trabalhadores, inclusive os terceirizados.

Atualmente tem a crise com os “contratos de gestão” com a Funcamp. Impedida de contratar pela Funcamp com recurso orçamentário, a Unicamp passou a utilizar essa modalidade de contrato para expandir a terceirização, colocando essa estrutura, inclusive, a serviço das AMES na nossa região. Recentemente vários

trabalhadores foram demitidos na área de manutenção porque o TCE entendeu que a Funcamp, como instituição de direito privado, não poderia ter a prerrogativa da gestão de serviços e áreas que tem concorrência no mercado. Foi obrigada a fazer processo de licitação e perdeu. Além de demitir trabalhadores com experiência, a perspectiva é que a empresa que entre vai piorar ainda mais as condições de trabalho. Essa é a mesma relação das empresas terceirizadas. Cada vez que acaba um contrato, as principais vítimas são os trabalhadores.

Apesar a Unicamp tratar os trabalhadores Funcamp como terceirizados, isso não passa de uma manobra para precarizar mão de obra. A Funcamp é gerida pela Unicamp e tem na sua direção docentes da Unicamp. Portanto, os trabalhadores Funcamp são da Unicamp.

Desde 1999 a luta dos trabalhadores da Funcamp tem sido uma pedra no sapato dos gestores e da reitoria. As reivindicações têm se dado através de denúncias,

ações trabalhistas, e mobilizações e greves. O STU tem organizado as lutas e estruturando as Comissões de negociações, mesmo a categoria tendo um Sindicato oficial que é o SEAAC.

Em diversos momentos os trabalhadores Funcamp participaram da luta de forma conjunta, foi assim na greve de 2000, e nas mobilizações nos anos seguintes. Aguardamos o desfecho deste processo sobre a representatividade sindical, entretanto, o STU já tem o reconhecimento político dos trabalhadores da Funcamp e os acolhe em seu estatuto, desde direito ao voto em todas as instâncias de deliberação até a participação na diretoria. Hoje a situação dos companheiros da Funcamp é mais alarmante. Com a expansão do atendimento da Unicamp, ampliou-se o quadro de trabalhadores, principalmente na área de saúde, mas recebem salários e benefícios diferenciados, além de sofrerem assédio moral e serem vítimas de demissões arbitrárias. Para que possamos ter êxito na nossa luta, é preciso derrotar o SEAAC

política e juridicamente, pressionar a reitoria para acabar com as fundações e absorver em seu quadro os trabalhadores Funcamp.

Acreditamos que é o momento aprofundar o debate sobre as formas de organização e representação dos trabalhadores da Funcamp, para que não fiquem submetidos a esse discussão formal de representação que é utilizada para intimidar e desmobilizar os trabalhadores. Por isso o STU deve dar condições para que a Comissão de Trabalhadores da Funcamp abra esse debate e encaminhe essa discussão.

O STU deve retomar e fortalecer o apoio à organização da Comissão de Trabalhadores da Funcamp– CTE, como instrumento de organização dos trabalhadores Funcamp, garantindo sua representação por local de trabalho. O objetivo é a legitimação da Comissão como instrumento de representação para que a Unicamp/Funcamp não continuem utilizando a legalidade da representação sindical como instrumento de divisão dos trabalhadores;

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Dar a Comissão estrutura material e jurídica para discutir e encaminhar a organização dos trabalhadores da Funcamp;
- Dar status de direção junto ao STU à comissão;
- Cobrar a lei de acesso à informação em relação aos contratos da fundação;
- Realizar um encontro dos trabalhadores da Funcamp, com a finalidade de definir uma política de enfrentamento e discutir a organização;
- Unificar a data-base da Funcamp - Unicamp;
- Lutar pela ISONOMIA de tratamento com os trabalhadores da Unicamp;
- Fazer uma campanha contra o assédio moral;
- Lutar pela participação dos trabalhadores nos espaços decisórios da universidade;
- O STU deve continuar a luta contra terceirização, organizando e dando todo apoio a esses trabalhadores. Denunciando e responsabilizando a Reitoria pela precarização do trabalho na Unicamp;
- Deve continuar somando forças na mobilização das Centrais Sindicais na luta contra o PL 4330/2004, que virou PLC 30/15, que propõe expandir a terceirização para todas

as atividades;

Dependência Química e as Estratégias pra Combatê-la

A Unicamp convive com um conjunto de trabalhadores que sofrem as consequências das pressões sociais e são vítimas da dependência química e também do tabagismo. Esse é um problema que afeta a vida de muitos trabalhadores e seus familiares.

O Sindicato precisa ter uma ação mais propositiva em relação a essa situação, já que muitos trabalhadores perderam suas vidas com problemas de saúde agravados pela dependência. Mas também há muitos exemplos de superação.

A Unicamp, através do Cecom tem o programa “Viva Mais” que é uma importante iniciativa de caráter preventivo e também na definição de políticas de combate aos vícios. É preciso uma participação mais efetiva do Sindicato que tem acento nesse grupo. Como instituição que representa os funcionários e que tem o respeito da categoria o Sindicato

poderia dar grande contribuição participando da formulação de políticas e também promovendo campanhas.

Esses são problemas que em última instância acabam sempre repercutindo no Sindicato. Não é incomum trabalhadores com esse nível de problemas serem encaminhados para sindicâncias ou Comissão Processante, sob alegação de problemas comportamentais, absentismo, etc.

Prevenir e identificar os problemas no início é a melhor saída.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- XIII Congresso dos trabalhadores da Unicamp reafirma o compromisso do STU com a política de prevenção contra as drogas, álcool e tabaco, delegando a seus representantes participar dos Fóruns que trata da definição de políticas, bem como promover campanhas que atuem no sentido da prevenção.



Fortalecer a Unidade e defender a inclusão

A unidade de professores, funcionários e estudantes nos trouxe até aqui, garantindo a autonomia da USP, Unicamp e UNESP e a defesa da Universidade Pública e gratuita. Fortalecer as ações conjuntas, através do Fórum das Seis é a garantia de enfrentar os ataques, sejam do governo do Estado ou das reitorias. Mas nossa luta tem ficado mais difícil. É preciso avançar na discussão de políticas inclusivas. As universidades públicas paulistas têm que estar comprometidas com políticas de expansão que visam incluir alunos de escolas públicas, estabelecendo uma conexão de sistema público de ensino, prevendo a entrada de negros e indígenas. É preciso debater e romper com o caráter elitista e meritocrático das universidades paulistas.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- O STU deve pautar o Fórum das Seis para

que discuta na Unicamp, USP e UNESP políticas de inclusão que garanta maioria de vagas nas universidades públicas paulista para egressos da escola pública, preservando a cota de negros e indígenas de acordo com dados do IBGE; Deve também discutir políticas de acesso que rompa com a forma meritocrática e elitizada imposta pelo atual vestibular;

- O STU deve promover campanhas pela democratização do acesso a Unicamp, reafirmando que o sistema de ensino superior público deve estar conectado com o Ensino Médio público, garantindo a esse a prioridade na maioria das vagas da Unicamp, com políticas de cotas para negros e indígenas;

- O STU deve promover ações que tencionem o debate da inclusão, estabelecendo com movimento estudantil e movimentos sociais projetos, campanhas e mobilizações que reforcem a luta pela inclusão;

- O STU deve incorporar em sua pauta campanha para que entidades representativas de professores da rede pública e estudantes secundaristas compõem o CONSU da Unicamp, bem como representação dos aposentados da universidade e questionar a representação da FIESP no CONSU. Para viabilizar tal representação, o STU deve propor emenda ao estatuto

UNIFICAÇÃO E CENTRAIS SINDICAIS

da Universidade, articulando com a bancada de funcionários e demais conselheiros.

Unificar os sindicatos da Unicamp, USP e UNESP

Na organização sindical, frente às tentativas de enfraquecer os técnicos administrativos com os processos de terceirização, quebra da isonomia, dentre outros; é urgente começar a articular a unificação dos Sindicatos da Unicamp, USP, UNESP, numa única base com vistas a resistir e fortalecer a nossa luta. Diferente dos docentes que se unificam em torno de uma carreira única e uma relação de poder mais privilegiada nas universidades os técnicos administrativos são a vítima principal dos processos de ajustes e precarização.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- O STU deve tomar iniciativas de discutir com as direções do Sintusp e Sintunesp a proposta de unificação dos Sindicatos, visando abrir o debate da unificação nas três categorias e a definição de um calendário.

Nossa relação com as Centrais Sindicais

O STU surgiu já filiado a CUT, cujo processo se deu ainda na gestão da ASSUC. Foram muitas as discussões, críticas e debates ao longo dos nossos Congressos sobre o papel da CUT. No IX Congresso realizado em 2007 foi aprovada a desfiliação da CUT e por mais dos 2/3 dos delegados presentes a participação do STU na criação da CTB com indicação de filiação. A gestão Vamos a Luta que sucedeu a gestão Alerta Unicamp em 2011, optou pela ligação com a Intersindical.

Nesse momento é importante que o STU continue o debate sobre as Centrais Sindicais, realizando discussões, apontando calendário de debates e participando dos Congressos, conforme deliberação aprovada na diretoria do STU.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- O STU deve dar sequência a discussão das Centrais conforme encaminhamento do XII

Congresso e documento aprovado na diretoria. Deve estabelecer um calendário para discussão e debate sobre as Centrais, bem como participar das articulações das Centrais que não firmam nossas deliberações Congressuais e assembleias. A filiação a Central sindical deve ser pauta do próximo XIV Congresso do STU.

Documento aprovado pela diretoria do STU acerca da relação com as centrais sindicais

O XII Congresso dos trabalhadores da Unicamp aprovou a participação dos trabalhadores da Unicamp nos Congressos das Centrais que tem relação com o STU, com objetivo de aprofundar o debate na categoria sobre as várias concepções que atuam no movimento sindical brasileiro. Participaram do processo eleitoral proporcional do STU as seguintes centrais reivindicadas pelas chapas: Intersindical, CTB, Conlutas e CUT. A partir da agenda do Conlutas que tem seu congresso marcado entre 04 e 07 de junho, segue abaixo proposta de critérios para participação de representantes da categoria dos

trabalhadores da Unicamp nos Congressos das Centrais.

1 – O critério para definir as Centrais que o STU apoiará a participação nos Congressos é o da participação do pleito eleitoral do STU, nesse caso: Intersindical, CTB, Conlutas e CUT;

2 – A presença de membros da categoria no Congresso, mesmo contando com o apoio do STU, não deverá estabelecer nenhum vínculo ou ligação formal com a Central, não sendo autorizada a inclusão da entidade em nenhuma lista que indique filiação ou pré-filiação;

3 – Seguindo os pressupostos do item 2, caberá a cada grupo definir, a partir dos estatutos das Centrais, a forma como encaminhará a delegação para o Congresso, podendo ser como

delegado, observador, convidado, etc;

4 – O STU providenciará uma informação padrão em seu boletim esclarecendo sua posição política e informando sobre o calendário do Congresso da Central em questão e a forma como procederá a escolha dos representantes;

5 – Caso diretores não identificados com Centrais vierem assumir posição de defesa de alguma Central acima, se aplica o critério definido no item 6;

6 – Os custos assumidos pelo STU se limitarão a inscrição dos delegados/observador/convidado, incluindo-se as despesas com estrutura: alojamento, alimentação e transporte; devendo guardar similaridades na proporção dos gastos por representantes das diferentes Centrais.

Encaminhamentos gerais aprovados pelo XIII Congresso

Para a diretoria do STU

- A diretoria do STU deve discutir o percentual da arrecadação que será destinado mensalmente para a construção da nova sede e convocar assembleia orçamentária para deliberar sobre o percentual;
- Criar um grupo de estudo para educação/lazer, dentro do Sindicato;
- Incluir a discussão de segurança alimentar, água e atmosfera;

Para deliberação em assembleia

- Participação do evento “Presença Paulo Freire em Cuba” (maio). Apoiar a participação dos trabalhadores da Unicamp e Funcamp. O STU deve analisar e apoiar os eventos e condicionar a questão financeira a assembleia e diretoria do STU.
- É preciso reativar o debate da paridade, utilizando como instrumento o lançamento de candidatura de um funcionário técnico administrativo para reitor(for...)

Para discussão no próximo congresso

- Uma nova dinâmica para o Congresso do

STU - O Congresso do STU, sem dúvida, tem uma dinâmica bem diferente de vários Sindicatos no Brasil, na tentativa de realizar o debate com todos os trabalhadores independentemente de ser filiado ou não à entidade. Porém o congresso dos trabalhadores da UNICAMP é a instância máxima do STU, onde se altera a vida do Sindicato, votando alterações estatutárias, questões financeiras etc. Sendo o congresso a instância soberana do STU, define o rumo político da nossa entidade, propomos uma alteração na forma de realização do congresso, de forma que possibilite a participação apenas dos sócios da entidade, tornando-os inclusive delegados natos ao congresso. Esta mudança fará com que os sócios tomem em suas mãos os rumos da entidade, não só no processo eleitoral, mas também nas decisões políticas e estruturais da entidade. Também fará com que os militantes busquem novas filiações e conheçam os sócios da entidade de verdade. Para não excluir a participação dos não filiados, propomos que participem do congresso como observadores, com direito a voz, sem direito a voto, bem como a realização de plenárias preparatórias abertas a todos os trabalhadores sócios e não sócios para debater previamente os temas, ao longo de um ano antes do congresso.



Conjuntura Internacional

O século XX foi marcado pela continuidade da política colonial, mas também pela experiência da chegada dos trabalhadores ao poder com a vitória na revolução Russa de 1917. As duas grandes guerras mundiais definiram uma nova geografia e dois blocos de influência hegemônicos pelos EUA e a URSS. O fim da URSS no início dos anos 1990 do século passado, deixou os EUA como potência imperialista única e comprometida com a expansão de uma globalização neoliberal, sob controle do sistema financeiro. Nos nossos Congressos tivemos a oportunidade de aprofundar esses debates. Nesse XIII Congresso é preciso atualizar essa leitura do que está acontecendo no mundo.

Se tem uma vitória do imperialismo americano é o fato de ter conseguido ao longo das décadas do pós-guerra, ter ficado a ideia de que era portador

da democracia e das liberdades. A antítese dessa tese era construída em cima da derrota do comunismo, tido como autoritário e antidemocrático. Apesar dessa construção ideológica, na real as intervenções dos EUA desde a guerra da Coreia, passando pelo Vietnã, pelos golpes militares na América Latina, Afeganistão, Iraque e mais recentemente na Síria, tiveram o papel de reprimir povos e sua soberania e garantir a influência militar e econômica dos EUA e seus aliados. Apesar de enfraquecido do ponto de vista ideológico, a lógica do imperialismo americano continua a mesma.

Atualmente as disputas se dão em torno de um mundo mais multipolar, onde um conjunto de nações possam influenciar, inclusive mudando a correlação de forças em estruturas criadas após a segunda guerra mundial, como na ONU,

CONJUNTURA

por exemplo, onde cinco países tem o poder de veto. Nesse sentido a movimentação de países como China, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, é emblemática, pois, além de possuir cerca de 40% da população do planeta e deter cerca de 20% da economia mundial, criaram um bloco para ações mais comuns (BRICS), que tende a influenciar a economia e a política internacional.

O STU deve continuar denunciando e mobilizando contra as ações do imperialismo americano e seus aliados, que continua produzindo golpes, guerras e intervenções. A barbárie provocada por essas ações imperialistas alimentam o fundamentalismo religioso, a miséria e produz situações como temos assistido dos refugiados tentando entrar na Europa.

O capitalismo continua sendo um sistema que cada vez mais produz crises que vão se tornando mais sistêmicas. Ainda estamos sob efeito da crise de 2008 (subprime) que teve origem nos EUA e afetou boa parte da eco-

nomia do planeta. A lógica que continua se impondo é a da financeirização da economia, com os interesses dos bancos se sobrepondo a tudo. A lógica dessa política financeira é a investida dos especuladores sobre a soberania dos países (enfraquecer para privatizar), especulação e concentração da riqueza. A vítima mais recente dessa política foi à Grécia que vive uma profunda crise financeira e política, sendo chantageada pelo sistema financeiro, sob a batuta do governo Alemão que serve aos interesses dos bancos da União Europeia.

A China continua sendo um contraponto importante ao imperialismo americano. Embora sua economia seja de completude a economia dos EUA, continua mantendo índices de crescimento que vão permitir que logo seja a principal economia do mundo. A China adotou uma política que preservou sua soberania e ao mesmo tempo permitiu em poucos anos se transformar numa potência econômica, tecnológica, logran-

do investir num processo de mobilidade planejada nunca visto no mundo, já que lá vive cerca de 1/5 da população do mundo (1,3 bi), sendo que metade ainda vive no campo. A China, além de uma potência econômica, vai procurando buscar seu papel na geopolítica mundial, apostando em alternativas como os BRICS, bloco que junta emergentes como Brasil, Rússia, China, África do Sul, Índia, G-20, além de fortalecer blocos regionais e promover investimentos externos pautados nas relações mútuas de interesses nacionais.

Cabe destacar ainda o papel da Rússia no cenário internacional que apesar da influência política que perdeu após o fim da URSS, ainda é uma potência militar capaz de fazer frente ao imperialismo americano e exerce uma importante influência no seu entorno.

Na América Latina, forças populares utilizaram o caminho institucional para chegar aos governos e construíram entre meados dos anos 1990 e 2010 políti-

cas antineoliberais importantes, com inclusão social e respeito à soberania. Atualmente a maioria desses países amargam retrocessos com a crise econômica, tendo a pressão das elites locais e do imperialismo para retroceder nas conquistas e retomar o caminho da submissão e do neoliberalismo. Podemos dizer que essas são situações bastante evidentes em países como Brasil, Argentina, Venezuela e Equador. No Paraguai e Honduras avançaram para um modelo de golpe “branco”, construído a partir de uma política de desestabilização política, econômica e moral, alimentado por guerra midiática. Esse modelo de golpe é exportado na tentativa de fazer o mesmo nos demais países.

A pressão é para derrotar as políticas que visam integrar a América do Sul, como o MERCOSUL e a Alba e fazer prevalecer políticas de subordinação aos interesses dos EUA. A luta ganha contornos de resistência e enfrentamento permanentes. Num ambiente econômico desfavorá-

vel, com especulação financeira e desestabilização política, só a força dos movimentos sociais será capaz de preservar conquistas e avançar em mudanças estruturais no nosso continente, capaz de aproximar os trabalhadores e derrotar os interesses do imperialismo e da elite entreguista.

As conquistas sociais da revolução cubana e a globalização neoliberal

É emblemático para os povos da América Latina o esforço do povo cubano que enfrentaram toda forma de pressão e privação para manter sua soberania e as conquistas sociais da revolução, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Cuba tem uma economia sem muitos recursos, mas solidária. Tem também uma ação solidária em relação aos demais povos. É reconhecido o papel de Cuba que coloca seus conhecimentos na área da medicina para ajudar outros povos. A recente decisão do governo dos EUA de acabar com o bloqueio econômico e reatar relações diplomáticas

com Cuba se devem ao fato de avaliar que o embargo não conseguiu derrotar o heroico povo cubano. Além disso, o apoio político e econômico e a solidariedade dos demais países da América Latina foram importantes para resistência de Cuba. Os EUA idealizam utilizar sua influência econômica para difundir a lógica do individualismo e consumo e assim enfraquecer a solidariedade e as conquistas sociais. Ao povo cubano e seus dirigentes caberá à reafirmação das conquistas e utilizar o potencial político, econômico e social do seu povo para desenvolver Cuba, dentro da lógica da solidariedade.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Pela autodeterminação dos povos. Contra a intervenção imperialista que tem provocado guerras, conflitos e fundamentalismo religioso, destruindo povos e nações;
- Solidariedade e apoio ao povo cubano e a defesa das conquistas da revolução;
- Apoio a revolução bolivariana, iniciada por Hugo Chaves, que tem por objetivo a sobe-

rania e integração dos povos latinos americanos visando a emancipação dos povos e a construção do novo socialismo;

- Em defesa do povo palestino que se defende como podem projeto sionista do Estado de Israel, que invade terras, destroem moradias e constroem muros, deixando um rastro de sangue e injustiças pelo caminho;

- Defesa e solidariedade aos Líbios, Sírios, Iraquianos, em defesa de sua autodeterminação, soberania; repúdio a construção de muros transformando povos em povos sem pátria.

- Defesa e solidariedade à luta dos povos latinos americanos, que lutam por soberania, respeito à cultura e defesa das conquistas;

- STU deve retomar a participação em Fóruns de discussão e mobilização, visando à luta contra o neoliberalismo e o imperialismo e a solidariedade entre os povos;

Defender a democracia e avanços nas conquistas dos trabalhadores como saída para crise

Recentemente o país vem se deparando com um conjunto de manifestações de rua. De um lado estão público majoritário de classe média que protestam contra o governo, mas vão para

as ruas com uma pauta moralista e conservadora, que incorpora a luta contra corrupção. Misturados nesta manifestação estão segmentos reacionários, que evocam, inclusive, o retorno da ditadura militar. Nesta pauta esta embutida também impeachment da presidente Dilma. Esse movimento vem acompanhado de forte apoio da mídia monopolista e de partidos de oposição, principalmente o PSDB que protagonizou a implantação do neoliberalismo no Brasil durante o governo de FHC.

Do outro lado das manifestações estão movimentos sociais organizados que reconhecem as conquistas dos 13 anos de governo Lula/Dilma que promoveram mobilidade social e reduziram significativamente a fome e a miséria. Defendem a democracia e contra o golpe, querem a continuidade de políticas como bolsa família e valorização do salário mínimo, mas cobram do governo medidas para retomar o emprego, avanços na reforma agrária e o fim do ajuste fiscal. Querem o

fim da corrupção e do financiamento privado nas campanhas políticas. Defende que ao invés de golpe, temos que aprofundar a democracia, criando mais espaços de participação popular nas decisões.

Defendem, ainda, mais impostos para os ricos que praticamente não pagam impostos no Brasil. Dados da receita federal dão conta que 1% da população detém 30% da renda nacional. Dados do SINPROFAZ apontam que desde o início de 2015 a sonegação já atingiu R\$ 420 bilhões. Nos últimos 12 meses o governo brasileiro gastou R\$ 484 bilhões com pagamento de juros da dívida. Esse sim é o maior programa de transferência de renda do Estado para o bolso dos ricos, já que o programa bolsa família gasta R\$ 28 bilhões, quantia irrisória perto do pagamento dos juros.

O neoliberalismo na América Latina produziu ataque à soberania com as privatizações do patrimônio público, trouxe desemprego, aumento da vio-

lência, arrocho salarial e des-caso com as políticas públicas. Quando países importantes da América Latina veem emergir das eleições governos apoiados por forças populares, conduzindo projetos soberanos, democráticos e inclusivos, se abre novas perspectivas de futuro.

Foi esse movimento que iniciou no Brasil com a eleição de Lula em 2002. Uma alternativa popular, com a perspectiva de aprofundar a democracia, a soberania nacional e promover justiça social. É reconhecido internacionalmente a mobilidade que ocorreu no Brasil tirando milhões da pobreza, também as políticas de valorização do salário mínimo e inclusão social, da valorização dos salários e da geração de empregos. Quando teve a crise econômica de 2008 o governo Lula a invés do ajuste apontou para uma política de crescimento da economia com base no consumo.

Não estamos falando de uma economia qualquer, o Brasil é a sétima economia do mundo.

Aqui as contradições são grandes e a elite dominante é conservadora e historicamente sempre resistiu a apostar num projeto nacional de desenvolvimento. Os governos Lula e Dilma promoveram o crescimento com base no investimento público. Quando reduziu a capacidade do país em ter saldos comerciais, principalmente quando diminui as importações pela China a produtos brasileiros, as dificuldades apareceram. As elites avaliavam que as dificuldades econômicas levariam a derrota de Dilma nas eleições de 2014 e já traçavam as estratégias de retomada do projeto neoliberal e a desconstrução do legado dos governos Lula e Dilma. Foi exatamente esse legado que garantiu a reeleição de Dilma com 52 milhões de votos, frustrando o projeto das elites, que trabalharam pela eleição de Aécio Neves/PSDB. Ao não aceitar o resultado da eleição a elite utilizando os meios de comunicação, os erros cometidos pelo PT, as estruturas de Estado, as fragilidades do governo no con-

gresso, criou um ambiente de crise política com mobilização predominante da classe média para derrubar a presidente.

Dilma eleita não teve habilidade e força política para reafirmar um projeto de mudanças com inclusão, apesar de fazê-lo na retórica. Optou por um ajuste fiscal que promove recessão, desemprego e transfere bilhões para a banca financeira. Falta recurso para manter os programas sociais, a educação a saúde, mas sobra para pagar juros. Com a “faca no pescoço” Dilma se vê diante da pressão do golpe dos que querem retirar o mandato popular e manter uma política econômica que beneficiam os ricos e os trabalhadores e os movimentos sociais que não aceitam o ajuste e querem empregos e investimentos nas políticas públicas e serviços públicos.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- O STU é contra o golpe na forma de impeachment. Defende o mandato popular

da presidente. Reitera sua posição contra o ajuste fiscal do governo e todas as medidas que representam retrocessos para os trabalhadores;

- O STU defende o “Fora Cunha” por entender que as acusações que pesam sobre ele e as manobras oportunistas que tem feito para evitar as apurações e a cassação de seu mandato, lhe tiraram por completo as condições de estar na presidência da câmara;

- O STU reafirma que um projeto de mudanças precisa de Reformas estruturais como a tributária, das comunicações, agrária e urbana, capazes de dotar o país de estruturas democráticas e sociais fundamentais para solidificar um processo de mudanças sociais;

- Reafirma seu compromisso para que a saúde e educação tenham centralidade no investimento público;

- O STU apoia os projetos que tratam de incluir na política tributária o imposto sobre as grandes fortunas, imposto sobre heranças e sobre transações financeiras;

- O STU defende a estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução de salários;

- O STU é contra a redução da maioria penal;

- O STU entende que a luta contra o neoliberalismo e as políticas de ajustes tem que ser enfrentadas com mobilização e unidade dos trabalhadores. Defende a construção da

greve geral como instrumento de reação e mobilização dos trabalhadores frente aos ataques;

20 anos de governos do PSDB em São Paulo

Quando o governador Mario Covas/PSDB foi eleito em 1995 a principal proposta dele era o choque de gestão. Em São Paulo já são 20 anos que o PSDB vem fazendo choque de gestão, mas o resultado desse choque foi a piora dos serviços públicos e a privatização da estrutura pública.

Restaram poucas empresas públicas no Estado. Dentre elas a Sabesp que é responsável pelo fornecimento de água para capital e boa parte do Estado. Nos últimos anos, já sabendo da ameaça da seca, ao invés do governo, principal acionista, investir na empresa garantindo obras que reduzisse as perdas na distribuição e melhoria na coleta, ampliando os reservatórios e a interligação, ele optou por repartir os lucros com os acionistas. Os preços dos pedágios em São Paulo são vergonhosos. Não se vê justificativa

um pedágio tão caro, segundo informação do portal M com o reajuste de junho São Paulo passa a ter o pedágio mais caro do mundo. Quem anda pelas estradas de São Paulo, que foram construídas com dinheiro público, sabe que o que se cobra é muito mais do que vale, além de encarecer o custo de vida no Estado.

Na área de saúde a expansão hospitalar foi terceirizada, passando a gestão dos hospitais para fundações ou Organizações Sociais. Na educação São Paulo sendo o Estado mais rico do país paga mal seus professores. O piso salarial dos professores do Estado, segundo a APEOESP é o 11º do país, ficando atrás de estados mais pobres como Maranhão, Acre, Rondônia. Além disso, a marca do governo e de truculência e desrespeito com os movimentos sociais. Vimos isso novamente na greve dos professores desse ano. O governo não negociou, reprimiu e ainda descontou os dias dos professores (processo só revertido por decisão judicial). Para agravar o governo agora tem a política de

fechar escolas.

As universidades públicas paulistas são tratadas com desrespeito pelo governador. Diante do argumento da autonomia o governo se desobrigou de investir e apresentar alternativas para que o ensino superior possa ampliar e ser mais inclusivo.

A segurança é outro problema crônico no Estado. O governo ampliou a construção de presídios, mas continua com uma polícia militar violenta e matadora. Segundo dados do Núcleo de Estudos da Violência (USP) 40% dos distritos de São Paulo tem taxas de homicídios acima de 10 por 100 mil habitantes. A morte tem idade e cor. A juventude negra é a principal vítima dos homicídios. A lógica continua sendo: oprime os negros e os pobres para proteger o patrimônio dos ricos. Negros e pobres nas grandes cidades, principalmente na capital, sofrem um apartheid social e cultural, sendo segregados nas periferias. A política de segurança com base no confronto faz suas vítimas, enquanto o crime

organizado continua agindo por dentro dos presídios recrutando jovens para o crime e quando libertos são obrigados a arcar com mensalidades em torno de R\$ 1 mil, para sustentar a organização, criando um ciclo vicioso para a juventude.

São Paulo retrocedeu nos 20 anos de governo do PSDB. Apesar disso, o governo segue com força, tem amplo apoio na assembleia legislativa. É blindado pela mídia e reflete e articula o pensamento conservador da elite paulista, sustentado pela importância econômica do Estado que detém cerca de 33% do PIB nacional. Esse número vem caindo: a indústria, que representava 33,5% da economia paulista em 1995, passou para apenas 25% em 2012. Já o setor de serviços, saltou de 64,9% em 1995 para 73,1% em 2012. A perda do “motor” da economia paulista está clara.

Não há na política de ajuste dos tucanos caminhos para retomar um desenvolvimento no Estado comprometido com políticas sociais.

Para agravar, o governo impõe o fechamento de escolas no estado, eliminando vagas e pavimentando terreno para seu plano de entrega da educação às empresas privadas.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- O STU deve articular um conjunto de discussões e debates com vistas a construir uma alternativa política que busque na defesa das políticas públicas, do emprego e da democracia, para mudar os rumos de São Paulo, contribuindo dessa forma para a derrota das políticas conservadoras e neoliberais.
- Todo apoio do STU na defesa da escolar pública de qualidade no Estado de São Paulo, divulgando a pauta de luta e participando das manifestações promovidas pelo movimento.
- Apoio ao PL 010/35 sobre o Plano Estadual de Educação.
- O STU deve subscrever e apoiar a aprovação da PL 1035/2015 como Plano Estadual de Educação de São Paulo;
- STU defende a desmilitarização da PM;

Mulheres na Universidade e na luta sindical

Nossa categoria é formada majoritariamente por mulheres, porém as mulheres têm proporcionalmente menos cargos administrativos que os homens. Além disso, são os postos de trabalho considerados femininos os menos prestigiados, os com menores salários e os primeiros a serem terceirizados. Um exemplo atual são os Hospitais Universitários e os postos terceirizados.

Os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo nesse último período, como aumento da idade mínima para aposentar, restrição de acesso às pensões, expansão da terceirização, fim dos concursos, arrocho nos direitos sociais, restrição das verbas para os programas assistenciais promovidos em grande medida pelo Ajuste fiscal do governo Dilma e pela pauta recessiva do Congresso Nacional atingem em cheio as mulheres trabalhadoras. Tal condição de superexploração, por si

só, já coloca as mulheres como um eixo fundamental da luta sindical. Podemos lembrar também da luta por 30h e de como ela é importante para as mulheres, que com todas as responsabilidades que lhes são atribuídas, têm pouco tempo de se dedicarem aos estudos, cuidados pessoais, carreira, filhos e à própria luta sindical.

Mas o sindicalismo não pode fazer vistas grossas às pautas eminentemente femininas, sob risco de perderem a confiança política das companheiras. Questões como saúde preventiva e creche para atendimento d@s filh@s de trabalhadoras(es) são comumente tratadas como apêndices das reivindicações sindicais. O ingresso significativo de mulheres jovens na categoria torna mais do que necessário que o STU se aproprie da demanda por creches na universidade e torne a luta por um Sistema Educativo de qualidade com status de Unidade

COMBATE AS OPRESSÕES

de Ensino uma pauta central. O não respeito da educação infantil como um direito da criança é um fardo para a mãe e sua inexistência acaba por retirar parte do tempo que as companheiras dedicariam à luta sindical e feminista. Ter a criança estudando dentro da universidade dá a mãe tranquilidade, amparo e maiores condições de acompanhamento da vida escolar da criança, sem que com isso se prejudique no serviço por ausências prolongadas e frequentes.

Além de compartilhar todas as dificuldades do conjunto da classe (às vezes sofrendo-as de forma mais dramática), as mulheres enfrentam dificuldades junto aos próprios companheiros de luta e a estrutura sindical que deveria protegê-la. Não devemos, contudo, equiparar as divergências com opressão. Tão pouco as opressões que sofremos de nossos companheiros de luta como às que sofremos por parte de governos, patrões e do sistema. Aqueles que lutam pela emancipação da classe não podem ser lidos como inimi-

gos, ainda que precisemos derrotar o machismo que eles reproduzem e que compreendamos que eles nem sempre se colocarão ao lado das lutas das mulheres quando as pautas feministas ferirem seus “privilégios de homens”. É essa triste constatação que impõe a demanda de cotas de participação das mulheres nas direções sindicais e a criação de GTs de mulheres, bem como a regularidade dos espaços de debate de gênero aberto a toda a base. São as mulheres as protagonistas naturais dessa luta e é necessário que o STU assuma o comprometimento com a viabilização da participação deste setor, tanto em termos de infraestrutura, por exemplo, creches em espaços políticos, mas também em termos políticos, dando peso às atividades e incentivando a criação destas políticas.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Defender o direito pleno à vida, à liberdade, à saúde, à educação, ao trabalho, e ao lazer;

- Combater qualquer forma de violência e/ou discriminação contra as mulheres;
- Construir atos classistas nos dias 8 de março (dia internacional da mulher), 30 de abril (dia nacional da mulher), 25 de julho (dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha) e 25 de novembro (dia nacional contra a violência a mulher);
- Lutar pela legalização do aborto. Que a mulher tenha total autonomia sobre seu corpo, sem qualquer intervenção do Estado, realizando Seminários sobre este tema casando-o com programa de saúde pública específica;
- Apoio à Luta das Mulheres do campo, da cidade e da floresta;
- Apoio à Luta das Mulheres negras e LBTT;
- Apoio à luta pela regulamentação da PEC das Domésticas;
- Lutar contra a violência à mulher através das mídias e redes sociais, que expõem as mulheres as mais diversas formas de humilhação. Lutar contra a exposição e utilização do corpo da mulher como mercadoria e contra o turismo sexual;
- Luta por creche em tempo integral e ampliação das vagas na creche da Unicamp, visando contemplar integralmente a demanda interna, incluindo os dependentes d@s trabalhadoras/es terceirizados;

- Apoio a PL 643/2015 que institui a abertura da delegacia da mulher, 24 horas por dia e que seja atendida por mulheres, evitando constrangimento que hoje ocorre durante atendimento;
- Lutar pela ratificação da Convenção nº 156 e 100, 183 da OIT;
- Lutar pelo aumento de Delegacias da Mulher no país com atendimento 24h;
- Defesa da licença maternidade de 1 ano, sem perdas salariais e de direitos;
- Lutar pela implementação de uma Política de Qualidade de Vida, enfocando a questão da saúde da Mulher;
- Desenvolver Campanha de Sindicalização voltada para as mulheres;
- Fomentar e auxiliar a participação das trabalhadoras da Unicamp na Coordenação de Mulheres do STU;
- Promover a discussão na categoria sobre a aplicação de cotas de 50% para as mulheres na composição da direção;
- Garantir a participação das mulheres que têm filhos de zero a onze anos, com creches nas atividades de militância;
- Oferecer ações formativas para os companheiros sobre a questão da mulher e coibir e punir qualquer prática machista dentro do Sindicato;
- Realizar um censo traçando o perfil da mulher trabalhadora da Unicamp, observando entre outras o acesso a ascensão na carreira e a idade fértil, para projeção de demanda futura por creche;
- Realizar bianualmente “Encontro da Mulher Trabalhadora na UNICAMP”, intercalado com os anos do Congresso do STU;
- Realizar um Seminário sobre “Machismo, Assédio Moral e Sexual no serviço público e no movimento sindical”, para traçar estratégias de combate;
- Participar da construção da Marcha das Mulheres Negras;
- Criação de um Fórum das Trabalhadoras das Universidades Estaduais Paulistas para articular a luta das Mulheres e suas pautas.

Combate ao racismo

(*) Contribuição sobre reparações incorporada a resolução:

NOTA DA OLPN (ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO)

CAMPINAS /SP/BR

NEGROS E NEGRAS , reunidos(as) em Campinas/SP, nos dias 25 e 26 de julho de 2015, após o lançamento em SP da campanha pela Reparação Histórica e Humanitária aos Povos Negro e Originários em decorrência dos crimes de lesa humanidade cometidos contra esses povos através do Tráfico Transatlântico, escravização, genocídio e a permanência de seus efeitos ao longo de 515 anos de História de uma Nação inconclusa.

A campanha se dará através da coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular, que estará vinculado às expressões atuais de resistência dos Povos Negro e Originários à Colonização interna, que procura consolidar o esbulho dos Povos

Originários e Negro, bem como seu Genocídio.

O recrudescimento do Racismo, expresso institucionalmente nas três esferas de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e na hipocrisia reinante na Sociedade, que se cala ante a infâmia Racista recorrente, cuja expressão maior é o aterrador fato de 35.000 jovens negros, na faixa etária de 14 à 29 anos, vítimas de homicídio por ano no Brasil.

Não satisfeitos e aprofundando o estigma que nos transforma em uma ameaça e nos criminaliza, tudo se justifica; aos que sobrevivem à matança resta o encarceramento, não têm sequer o Direito de existir, conforme expresso em viva voz pelo relator da PEC 171, da redução da maioridade penal que em homenagem aos carrascos Nazistas e à ideologia Colonial Eugênica, perante o Jornal The Guardian, proferiu o seguinte comentário:

“Um dia, chegaremos a um estágio em que será possível deter-

minar se um bebê, ainda no útero, tem tendências à criminalidade, e se sim, a mãe não terá permissão para dar à luz”, disse Laerte Bessa (PR-DF) ao jornal inglês The Guardian, 21/ 07/ 2015.

A confissão escancarada de um crime, sem qualquer consequência contra o autor, bem como o do Judiciário, com a absolvição dos PMS autores da chacina no Cabula em Salvador - Bahia, como em muitos outros casos, reforçam o estigma e sinalizam para nós negros que a Justiça não existe, e que o Estado Democrático de Direito uma fantasia, ou uma piada de mau gosto.

Desterritorializados, com nosso pertencimento sequestrado, amontoados nas periferias e favelas, senzalas modernas, sob forte vigilância das forças policiais, única “política pública” eficaz de Estado, caminhando com uma legião de mortos, banhados em um mar de sangue e lágrimas que somente nós enxugamos e choramos, chegou a hora, mais do que tardia, de se estancar a matança.

Nesse sentido, a campanha

pela reparação se vincula às lutas concretas de nosso Povo pela garantia da titulação e demarcação dos Territórios Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Povos Originários, resistindo contra os ataques do Racismo Institucional sintetizados através de medidas legislativas como a PEC 215/2000, ADI 3239 de 2004, PL 31/2015 (RS) entre outras. Vincula-se também à resistência do Povo de Terreiro contra os ataques que os mesmos vêm sofrendo, com depredação de Terreiros, ataques físicos, como o apedrejamento de uma criança de 10 anos adepta do Candomblé, projetos de Lei que criminalizam asacralização dos animais, bem como uma campanha permanente de desmoralização feita por setores evangélicos, além da luta pela implementação da Lei 10639/2003, ou seja, contra o Racismo/Genocídio e pela construção do Projeto Político do Povo Negro para o Brasil.

Reiteramos que não existe integração possível sem que, com isso, nos tornemos coniventes com os nossos carrascos, aler-

tamos e denunciemos que não estamos a negociar sobre a desgraça imposta aos Povos. Romper com a tentativa de tutela, que nos transforma em População, e assumirmos o nosso protagonismo enquanto POVO NEGRO é o chamado e desafio que a história nos impõe e que a campanha pela Reparação é uma ferramenta de fundamental importância.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- SOS Machadinho - STU deve articular políticas e apoio ao clube; Quanto ao Clube Machadinho – símbolo da resistência do povo negro de Campinas que está passando por crise devido a dívidas que tem com órgãos governamentais – o STU deve juntamente com a universidade criar um centro de educação e formação dos jovens negros, filhas e filhos de trabalhadores da Unicamp.
- Cotas raciais para as universidades nos moldes das federais
- Defesa da semana da consciên-

cia negra. Exigir dos governos Dilma e Alckmin que 20 de novembro seja feriado nacional e estadual em memória de Zumbi dos Palmares;

- Abaixo à violência policial contra os jovens negros pela desmilitarização da polícia;

- Salário igual para trabalho igual;

- Cobrar a aplicação da lei 10639/03 e 1145/08, exigindo da Unicamp suas responsabilidades na formação de professores capacitados à aplicação das mesmas;

- Organizar na Unicamp um evento para comunidade a exemplo da Afromix;

- Encontro racial dos funcionários públicos por segmentos: municipal, estadual e federal;

- Dar a rua que começa no Restaurante Universitário – RU que vai até o ginásio multidisciplinar e biblioteca central o nome da escritora Carolina de Souza, a autora do livro Quarto de Despejo

- Um evento com mesa ecumênica com debate sobre a questão do respeito a religiosidade de outrem (laicidade do Estado);

- O STU deve construir cartilhas e outros materiais como, camisetas, bonés, gibis, a fim de conscientizar os trabalhadores, buscando expor os preconceitos velados e discriminações inconscientes que ocorrem dentro da universidade;

- Que o STU exija da reitoria políticas explícitas de combate ao racismo institucional;

- Adoção de cotas étnico-sociais na graduação e pós-graduação em todos os cursos da Unicamp

- Adoção de cotas étnico-sociais nos concursos públicos da Unicamp, tanto para funcionários quanto para professores;

- Estado Laico: defesa incondicional da laicidade do Estado, contra todas as formas de intolerância religiosa, garantindo o acesso das religiões de matriz africana aos espaços de capelanias existentes na Unicamp;

- Que o STU realize o primeiro Encontro de Trabalhadores Negros e Negros da Unicamp;

- Por reparações Já! Em defesa das tradições e das terras Quilombol

Luta LGBTT

Direitos não se negociam! O compromisso do STU com a defesa dos direitos da população LGBTT é inegociável. Nos últimos 4 anos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTT) protagonizaram importantes lutas e mobilizações defendendo a criminalização da homofobia, da lesbofobia, da bifobia e da transfobia. Em 2013, tomaram as ruas para protestar contra o fundamentalismo e conservadorismo que se destacou no Congresso Nacional, pela voz opressora de Marco Feliciano, quando ocupou a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Em 2015 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto da Família que reforça o preconceito institucional contra os relacionamentos homoafetivos, gerando uma grande indignação na população que reagiu nas redes sociais criando a campanha

“Minha Família Existe”.

Nos últimos anos, milhões de LGBTTs brasileiras ocuparam as ruas das cidades brasileiras com paradas do orgulho LGBTT para celebrar o levante de Stonewall e reivindicar direitos histórica e estruturalmente negados. Os espaços internos das Universidades Públicas, refletindo a estrutura social brasileira, não ficaram imunes a cenas de opressão contra a população LGBTT e, portanto, a luta pela garantia de direitos para a população LGBTT também se faz presente nas Universidades. O Sindicato deve contribuir no fortalecimento dessa luta! Definitivamente deve ser esse um esforço conjunto de todo o movimento sindical.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou:

- Lutar pela Criminalização da opressão contra LGBTT e pela Constitucionalização da proteção aos LGBTT;

- Lutar pela implantação de políticas concretas visando o combate sistemático à homofobia e transfobia;

- Pela Alteração do Código Civil para assegurar a conquista do casamento civil igualitário. Pela aprovação do Projeto de Lei 5120/2013!

- Pela aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal e pelo reconhecimento do nome social em todas as instâncias da Universidade;

- Lutar pela Implementação de políticas que incluam nos sistemas curriculares dos Ensinos Básico, Médio e Superior o debate da homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.

- Lutar para que o Governo Federal acate e implemente de fato as propostas apresentadas pela população durante a realização das Conferências Nacionais LGBTT.





Moção de solidariedade à greve dos petroleiros

Somos todos petroleiros!

Os Petroleiros do país estão protagonizando sua maior greve desde 1995. É uma luta em defesa de direitos, de aumento salarial e contra a venda de ativos da Petrobrás por meio do plano de desinvestimento de Dilma/Bendine.

A grande mobilização dos petroleiros está se enfrentando com duros ataques, assédio moral e uma forte repressão. São tentativas de travar a luta com interditos proibitórios, acionamento das Polícias Militares para intimidar os trabalhadores e prender dirigentes sindicais, práticas antissindicais contra os sindicatos, manobras jurídicas de todo o tipo para impedir que a categoria exerça o direito de greve. Além disso, o Governo Dilma suspendeu as negociações com a categoria.

Mesmo assim a greve petroleira resiste e está sendo

capaz de afetar a produção das unidades e de obrigar a própria Petrobrás a admitir esta realidade – os números oficiais citam queda de 13% da produção diária de barris de petróleo no Brasil.

O Congresso do STU é solidário a luta da categoria petroleira contra a retirada de direitos históricos dos trabalhadores, contra a proposta do governo de reajuste salarial abaixo da inflação e contra a privatização da Petrobrás.

Todo o apoio à greve dos petroleiros!

A pauta da categoria tem de ser atendida!

Contra o plano de desinvestimento de Dilma/Bendine!

O petróleo tem que ser nosso – Petrobrás 100% Estatal!
Chega de Dilma, Temer, Renan, Cunha e Aécio!

MOÇÕES

Moção contra a aprovação do PLC 77/15 no Senado Federal

Os trabalhadores da Unicamp, reunidos em seu XIII Congresso, repudiam a aprovação do chamado “Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” que tramita no Senado Federal através do PLC 77/15.

O PLC 77/15 propugna a criação de Institutos Científico-Tecnológicos (ICTs), com o estatuto jurídico de Organizações Sociais (OS), para o desenvolvimento de atividades de pesquisa no Brasil. Os ICTs poderão: i) receber recursos públicos de todos os entes federados e fundações de apoio para a cobertura de todas as suas despesas; e ii) usufruir de recursos humanos especializados (pesquisadores) pagos com recursos públicos; iii) utilizar infraestrutura pública.

Se aprovado, o PLC 77/15 implicará em mudanças regressivas no Complexo Público de

Ensino Superior e de Pesquisa Brasileiro, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- i. aumento da sangria do fundo público para empresas privadas e a substituição de instituições públicas (estatais) de pesquisa por OS, apontando para drástica diminuição de concursos públicos para a carreira de professores universitários e pesquisadores;
- ii. professores universitários e pesquisadores das instituições públicas (estatais) assumirão funções de diretores-presidentes de OS que desenvolvam atividades de pesquisa e inovação tecnológica, auferindo remuneração e/ou rendimentos pelas atividades desenvolvidas no setor público e privado. Isso impactará negativamente o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva nas instituições públicas de ensino superior;
- iii. professores e pesquisa-

dores financiados com recursos públicos atuarão dentro de empresas, podendo significar relativo crescimento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como estratégia inovativa tendo em vista a competitividade no mercado;

iv. o gasto total em P&D no Brasil vai continuar o mesmo ou poderá decair. Isso porque o Estado tende a manter ou ampliar seus gastos ao passo que as empresas tenderão a diminuir os gastos uma vez que poderão ter acesso aos recursos estatais (financeiros e de pessoal);

v. o número de patentes registradas pelas universidades tende a cair, pois o registro passará a ser feito em nome dos pesquisadores envolvidos no processo e das OS a que eles estarão ligados. A fonte dos recursos financeiros para a manutenção dos registros continuará a mesma, ou seja, os cofres públicos, enquanto a apropriação

dos benefícios será privada.

Os traços acima referidos não são nada mais que a materialização da Reforma do Estado proposta por Bresser Pereira nos anos 1990. Segundo esta proposta, a oferta de serviços sociais e científicos deveria ser feita por OS, cuja propriedade seria considerada pública não-estatal.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp entende que o PLC 77/15 desfecha ataque frontal às instituições públicas de ensino superior e de pesquisa e representa grave ameaça aos interesses da maioria da sociedade brasileira, em favor da lógica privatizante. Faz-se, pois, necessária uma vigorosa mobilização contra esse Projeto de Lei, em defesa da produção científica e tecnológica que responda aos problemas vividos pela maioria da sociedade brasileira.

Contra o genocídio da juventude negra. Apuração da morte do Husani

A cada nova divulgação dos dados sobre homicídios no Brasil a mesma informação é dada: morrem por homicídio, proporcionalmente, mais jovens negros do que jovens brancos no país. Além disso, vem se confirmando que a tendência é um crescimento desta desigualdade nas mortes por homicídios.

Os dados do Mapa da Violência no Brasil na década compreendida entre 2002-2012 há uma significativa queda no número de homicídios de jovens brancos, ao passo que aumenta o morticínio de jovens negros. Enquanto em 2002 morriam 10.072 jovens brancos para cada 100 mil habitantes, esse número decaiu para 6.823 em 2012. Não obstante, o número de homicídios de jovens negros saltou de 17.499 para 23.160 no mesmo período. Houve um decréscimo de 32,3% na morte de jovens brancos ao passo que os jovens negros vitimados

aumentaram 32,4%, é dizer que para cada branco morto, morrem 2,7 negros.

Esses dados demonstram que a violência tem caráter e é acentuada pela ação violenta e assassina da PM e dos grupos de extermínio.

Recentemente no estado de Alagoas foi vitimado o jovem Husami Yau Silva e Gonçalves, filho do Militante do Movimento Negro nosso companheiro Zé Prettu. A morte de Husami é mais uma dentre tantos episódios dessa política de extermínio que acontece no país. Mas não vamos deixar passar em vão. Os Trabalhadores da Unicamp reunidos no XIII Congresso exigem das autoridades da AL a investigação e a punição dos responsáveis pela morte desse jovem de apenas 29 anos. Repudiam e se juntará a todos os movimentos que denunciam e se mobilizam contra o genocídio da população negra, sobretudo da juventude.

Contra PEC 395/2014 que privatiza a pós graduação

A Câmara dos Deputados aprovou em primeira votação proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite que as universidades públicas cobrem mensalidade para cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e mestrados profissionais.

A PEC altera o artigo 206 da Constituição, para dizer que o princípio da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” não se aplica nos casos de pós-graduação, cursos de extensão e mestrado.

A aprovação dessa PEC é o início da privatização do ensino superior e quebra o princípio da gratuidade nas instituições públicas.

Os trabalhadores da Unicamp repudiam esse ataque à universidade, reafirma seu compromisso com a universidade pública, laica, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente. Soma-se a Associação Nacional dos Pós Graduandos - ANPG nessa luta para barrar a privatização.

Moção – Cursinho Vila União

Repúdio ao despejo do espaço do cursinho da Vila União.

Condenamos a venda do terreno onde hoje funciona o cursinho que é um espaço de estudo que atende os jovens que

querem os jovens que querem ingressar na Universidade e que não tem recursos financeiros para pagar um cursinho pré-vestibular.

Repúdio ao fechamento de creches na USP

O XIII Congresso do STU repudia a política da reitoria da USP que tenta fechar as Creches/Pré escolas daquela universidade. Essa medida vem num pacote e envolveu um plano de demissão voluntária (PDV) e um congelamento de contratações que ameaça o funcionamento dos restaurantes universitários e do hospital universitário (HU).

Entendemos que a defesa dos espaços educativos na USP UNESP E UNICAMP com sua função social e pedagógica específica devem ser mantidos para garantir o direitos das crianças e para fortalecer as pesquisas nas áreas da educação.

As Creches/Pré escolas nas universidades são conquistas da lutas das comunidades da USP. Unicamp e Unesp.



Moção de Repúdio dos Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) à atuação da Mineradora Samarco SA e o desastre ambiental

Nós, trabalhadores da Unicamp, delegados do 13º Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, realizado nos dias 12,13 e 14 de novembro de 2015, endossamos a Moção de Repúdio elaborada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Belo Horizonte (AGB - SLBH), intitulada, Moção de Repúdio da AGB- Sessão Local Belo Horizonte à atuação da Samarco SA e à sua blindagem pela mídia e órgãos públicos e readequamos o título: Moção de Repúdio dos Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) à atuação da Mineradora Samarco SA e o desastre ambiental.

Endossamos também o texto de Alceu Luís Castilho (@alceu-

castilho)

A lama da Samarco e o jornalismo que não dá nome aos bois.

UM PADRÃO DESTRUTIVO
E NADA EVENTUAL

Por AGB-SLBH

Mesmo entendendo que neste momento o silêncio seria o mais respeitoso para com aqueles que estão sofrendo pela morte e lutando pela vida, julgamos, também, ser a hora de gritar para que essas lágrimas não tenham sido em vão. A lama tirou a vida de um número ainda indefinido de pessoas, deixou centenas desabrigadas e sem terra para cultivar, causou a mortandade de espécies da fauna e flora da região em níveis estratosféricos e afetou o abastecimento de água de milhares de pessoas. A

lama continua a se movimentar e a destruição só aumenta.

Tem-se chamado de catástrofe ou de tragédia o rompimento de duas barragens de rejeitos de mineração da empresa Samarco S.A. que arrasou irreversivelmente o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG). Porém, faltam termos para descrever a gravidade do acontecimento que estamos presenciando. Talvez colapso fosse mais apropriado. Catástrofe e tragédia são termos que expressam o choque, mas vêm sendo utilizados com intuito de fazer com que este evento ganhe um ar de eventualidade, de acidente. Nós preferimos chamá-lo pelo que é: um CRIME que expõe um padrão destrutivo presente na lógica minerária. Não foi acidente e é importante frisar isto, pois as responsabilizações devem acontecer.

Em se tratando do contexto da bacia do Rio Doce – que por sua vez já não chegava mais à sua foz devido à enorme quantidade de água utilizada inclusive pela mineração, em sua reincidên-

cia de anos de crimes ambientais impunes – a situação chegou ao seu limite. O rio morreu. A imprevisibilidade do alcance temporal e espacial da contaminação fluvial gera incerteza e insegurança naqueles que moram nas adjacências. Nesse momento tal acontecimento está sendo (mal) noticiado, mas será que na passagem do tempo haverá a lembrança do ocorrido? É de extrema importância lutarmos para manter a memória e a mobilização contra estas empresas, para que não saiam novamente impunes deixando o rastro de milhares de vidas devastadas por sua atuação irresponsável.

A atividade minerária, iniciada em fins do século XVII em nosso estado (Minas Gerais), marcada pela relação colonial e escravocrata, nunca abandonou seu ranço de exploração, violência e devastação, constituintes de seu próprio fazer. O que se vê é o lucro permanentemente vinculado a interesses abstratos dos grandes negócios globais, deixando as mazelas para as comunida-

des atingidas, e o prejuízo para a conta do país, já que a Samarco – metade pertencente à anglo-australiana BHP Billiton e metade à Vale (a líder no Ranking da Dívida Ativa da União, com pouco mais de R\$ 40 bilhões em débitos junto ao Erário) – tem mais da metade de suas ações nas mãos de estrangeiros.

O slogan “Desenvolvimento com envolvimento”, ostentado no site da empresa, causa náuseas quando, na prática, o que resta para a comunidade é a submersão em um mar de lama. A racionalidade econômica parece ter engolido a sensibilidade, o respeito e a solidariedade. Que crescimento e mercado são estes, que se sobrepõem à natureza, à vida, à humanidade? Produzir muito e produzir rápido, esta é a lógica do capitalismo. Altear barragens para produzir mais e mais rejeito, produzir mais e mais minério, mesmo que o preço caia, mesmo que o crescimento diminua, mesmo que esta seja uma atividade primária de nações que reproduzem a lógica da dependência

no capitalismo global. Porém, a recuperação lenta é a lógica da natureza. Vamos nos destruir até escolher. A não ser que se produza, muito rápido, a tecnologia de transformar dinheiro em água, terra e alimento. Antes de entrar em qualquer debate “técnico” a respeito do ocorrido, defendemos o direito de dizer NÃO a esta atividade predatória sob todos os sentidos do que se possa chamar humano.

De toda forma, a racionalidade técnica também aponta indelevelmente o crime cometido (mais uma vez – não nos esqueçamos do triste histórico do estado de Minas Gerais de rompimentos de barragem e outros acidentes relacionados à mineração). Viemos então deixar público nosso repúdio a ação da Samarco S.A. que ignorou as indicações do Ministério Público em 2013, que apontava o risco de rompimento da barragem, assim como a ausência dos estudos necessários para o início das operações do empreendimento.

Indignamo-nos também com

a maneira que o Estado de Minas Gerais concede a licença a toque de caixa, sem o aprofundamento técnico necessário para tal. A indignação se estende com o retrocesso para o qual o governo atual caminha ao tentar fazer com que o Projeto de Lei 2946/2015 seja aprovado, ao centralizar e flexibilizar ainda mais o licenciamento ambiental no estado. Uma espécie de privatização da fiscalização. Licenciamento não é leilão. Não deve seguir a lógica empresarial da aceleração.

Repudiamos a falta de respeito aos atingidos, com familiares desaparecidos, sem acesso à área e a nenhuma informação. Entendemos que haja blindagem da empresa pela grande mídia e por grande parte dos órgãos públicos, com atuação lenta e pronunciamentos vagos. Chamamos atenção, sobretudo, às afirmações já correntes de que a causa do rompimento da barragem foram abalos sísmicos. Pequenos tremores de terra de magnitude menor do que 3 na escala Richter são corriqueiros e não causam dano direto

a barragens, a não ser que ela já estivesse instabilizada por outros fatores anteriores. É muito importante que a sociedade acompanhe de perto os estudos realizados na apuração das causas deste colapso.

Por essas razões não cremos que a tragédia de Mariana deva ser considerada um “acidente”, como tem vinculado a grande mídia, mas, como dito, um padrão destrutivo e nada eventual.

Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Belo Horizonte (AGB - SLBH)

A lama da Samarco e o jornalismo que não dá nome aos bois

Bento Rodrigues era um povoado que foi soterrado pela Samarco. Sintetizava um modo de vida tão esquecido pela imprensa quanto os impactos sociais e ambientais do mundo corporativo.

Por Alceu Luís Castilho (@alceucastilho)

Por trás da lama da Samarco afirma-se o gosto amargo de um jornalismo subserviente, a serviço do mercado. Dezenas de pes-

soas estão desaparecidas em Mariana (MG). Entre elas, crianças. O vídeo acima mostra como era o cotidiano de um povoado destruído. Mas a maior tragédia socioambiental brasileira do século XXI já começa a ser soterrada pelos jornais, após uma cobertura protocolar. Da lama à ordem: ignoram-se os conflitos, minimizam-se as contradições e se assimilam os discursos cínicos de executivos e de membros do governo. Com a clássica blindagem dos sócios da empresa.

Primeiro enumeremos os donos. Já se sabe que 50% da Samarco pertence à Vale, a Vale que tirou o Rio Doce de seu nome e nele despejou lama tóxica. A outra metade pertence à anglo-australiana BHP Billiton, uma fusão da australiana Broken Hill Proprietary Company com a inglesa (radicada na África do Sul) Billiton, atuante nas veias abertas do Chile, Colômbia e Peru (onde tomou uma multa ambiental de US\$ 77 mil após contaminação por cobre), no Canadá, Reino Unido e nos Estados Unidos, na

Argélia, no Paquistão e em Trinidad & Tobago. Já protagonizou na Papua Nova Guiné uma contaminação fluvial histórica. As maiores mineradoras do mundo.

E a quem pertence à Vale? Esse capítulo costuma ser omitido, quando se fala de impactos sociais e ambientais. A empresa é controlada pela Valepar, com 53,9% do capital votante (1/3 do capital total). Com 5,3% para o governo federal, 5,3% para o BNDESpar, 14,8% para investidores brasileiros, 16,9% na Bovespa e 46,2% de investidores estrangeiros (este percentual cai para 33,9% no caso do capital total). De qualquer forma já temos que a Samarco – com a metade anglo-australiana e com esses investidores estrangeiros da Vale – tem mais da metade de suas ações nas mãos de estrangeiros.

E quem manda na Valepar, que controla a Vale? 1) Fundos de investimentos administrados pela Previ, com 49% das ações; 2) A Bradespar, do Bradesco, com 17,4%; 3) A multinacional Mitsui, um dos maiores conglomerados

japoneses, de bancos à petroquímica, com tentáculos na Sony, Yamaha, Toyota, com 15%; 4) O BNDESpar, com 9,5. (Ignoremos os 0,03% da Elétron, do Opportunity e seu onipresente Daniel Dantas. E registremos que, com a Mitsui, aumenta ainda mais a participação de estrangeiros na Samarco.)

BNDES? Previ? Mas por que, então, a imprensa acostumada a fustigar o governo federal não fiscaliza com mais atenção a Vale, símbolo da privatização a preço de banana? Simplesmente porque não tem o saudável hábito – a imprensa brasileira – de fiscalizar corporações. E porque essas instituições não estão sozinhas. Porque tem a Mitsui, o Bradesco – o bilionário Bradesco. Com um governador petista dando entrevista coletiva na sede da Samarco. (O capitalismo não é para amadores.) Não há um acompanhamento sistemático do custo social e ambiental das aventuras plutocratas, sob governos de siglas diversas. Pelo contrário: o que há é um marketing despuddorado.

EXECUTANDO ADVÉRBIOS

Essa rede de donos da Samarco manifesta-se por meio de um jovem executivo, Ricardo Vescovi. Os gerentes de crise da empresa tiraram o site do ar (sabe-se lá com quais informações) e divulgaram esse vídeo do presidente no Facebook. Com seu milagre de multiplicação de advérbios insossos e pronomes totalizantes, insensíveis aos dramas dos mineiros. “Lamentavelmente”, “imediatamente”, “absolutamente todos os esforços” em relação ao “ocorrido”, “todas as ações”, “todos os esforços”, “igualmente não medindo esforços”, “todo apoio”, “toda solidariedade”, “lamentamos profundamente” o “acontecido”.

Os mais desavisados poderão até ficar com dó do pobre coitado. Ainda mais após as declarações do governo mineiro de que a Samarco foi “vítima” do rompimento da barragem. E após jornalistas irresponsáveis replicarem notícias sobre “tremores de terra” que acontecem todos os dias. Muito embora a empresa já

soubesse, desde 2013, que a barragem – como outras pelo país que ainda não desabaram – estava condenada. E que essa não tenha sido a primeira tragédia em Minas Gerais. São esses mesmos jornais que não se furtam a cobrir, de forma reverente, o que as empresas chamam de “sustentabilidade”, “responsabilidade social e ambiental”.

Alguém poderá argumentar que um jornal da grande imprensa, o Estadão, divulgou notícia sobre o laudo de 2013 que mostrava os problemas estruturais na barragem. Sim. Em 2015. Mas cabe lembrar que uma ou outra notícia isolada após uma tragédia está longe de caracterizar a cobertura crítica de um setor econômico. Se o tema não se mantém na manchete (passou longe disso, neste domingo, nos principais jornais do país), em artigos recorrentes, editoriais sistemáticos, não há o agendamento político efetivo – e sim o convite ao esquecimento. E à impunidade. (Quem vai fazer uma Operação Lava Lama?)

IMPrensa DOS

VENCEDORES

Essa mesma imprensa se esquece também de contar ao leitor que existe um choque entre modelos de apropriação do território e dos recursos naturais. O vídeo da TV Cultura sobre a comunidade destruída mostra – ainda que com uma abordagem que privilegia o exótico – um modo de vida bem diferente, onde as moradoras vão na casa das outras, plantam-se pimentas no quintal e se produz geleia, coletivamente, em uma associação. Uma lógica econômica muito diversa da predação extrativista – e esgotável – protagonizada pela Samarco, esse nome amorfo emprestado a dois expoentes do capitalismo mundial. Quem disse que há consenso?

Existem movimentos sociais específicos de atingidos pela mineração, ou atingidos pelas barragens. Até mesmo de atingidos pela Vale. Por que não se dá voz a essas pessoas? Se nem após os desastres isso acontece, o que se dirá do dia a dia? Porque os cadernos e até revistas especializadas são de

“negócios”, como se esses negócios pudessem pairar (numa sociedade democrática) acima dos interesses dos cidadãos. Por que os calam? Por que essa censura? Por que a destruição de uma comunidade inteira e de um ecossistema não comovem? Porque esse jornalismo é situacionista, economicamente situacionista. Torce para os vencedores.

Os mais eugenistas nem se constrangem em dizer que aquelas populações não deviam estar ali – deviam abrir alas para a distinta mineradora. Como se fosse um bem infinito para o país o esgotamento de seus recursos minerais. Não se questiona o modelo e nem suas conexões com outros temas: a falta d’água, o crescimento e a falta de infraestrutura das periferias urbanas, inchadas também pela expulsão das populações tradicionais. Faz-se tudo menos um jornalismo sistêmico, que consiga olhar para temas simultâneos, para tendências econômicas e para o clima, para a desigualdade

e os riscos ambientais. Com nome aos bois (ou aos caranguejos), o nome dos beneficiários. Quem ganha com isso?

NATURALIZAÇÃO

De um modo geral o efeito obtido no caso de Mariana é o de naturalização de uma matança e de um crime ambiental histórico. Como não houve chuvas, inventa-se um terremoto. A morte horrível de moradores e a destruição de um povoado por uma empresa ganham, no máximo, uma cobertura similar à das tragédias em São Luís do Paraitinga ou Petrópolis (fruto também da especulação imobiliária), ignorando a cadeia de sócios, os interesses políticos em torno das mineradoras ou o risco estrutural que esse tipo de exploração impõe ao ambiente, aos trabalhadores e vizinhos, bola pra frente que em janeiro teremos “outras enchentes”. Como se fizesse parte do sistema ser soterrado por uma lama tóxica enquanto se planta alface.

Moção de REPÚDIO Contra proposta de Emenda Constitucional 215

O Congresso Nacional discute projeto sobre a demarcação de terras indígena que transfere a prerrogativa nas demarcações de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação para o Congresso. As entidades que lutam contra essa PEC salientam que ela é inconstitucional, por ferir cláusulas pétreas relacionadas ao princípio da separação dos poderes e a consagração de direitos fundamentais dos indígenas.

Conforme e apoiando toda manifestação e todas entidades, instituições FUNAI, APOINME, CIMI, inclusive os deputados e senadores que se posicionarem contra esta a PEC 215 e seus apensos que pretendem paralisar a demarcação de terras indíge-

nas, a titulação de territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação

O Conselho Indigenista Missionário – disse Cléber Busato: “Essa PEC busca retirar desses povos a condição de sujeito de direito e transformá-los em objetos subjugados e desmoralizados”. Mantenha conquista constitucional!

Os trabalhadores da Unicamp reunidos no seu XIII congresso reforça seu apoio as lutas pelos direitos e valorização das culturas e história tradicionais e originais dos Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas.

Pedimos através desta que o Congresso e o Senado arquivem esta proposta que infelizmen-

te passou na Comissão Especial por maioria de deputados aprovando-a para seguir ao Congresso, que viria onerar mais ainda as terras já demarcadas como as que estão em disputa na justiça e nas mobilizações políticas. Votação está na Comissão na qual os deputados do PT, do PC do B, do PSB do PV, da Rede se retiraram em protesto e juntaram na área externa com as lideranças indígenas e de Quilombos que estavam presentes. E as consequências podem ser irreversíveis, um retrocesso as Comunidades Quilombolas (afros descendentes) e aos Povos Tradicionais Originários (indígenas) que estão organizados para resistir por suas terras e cultura.

Repúdio a decisão da câmara de vereadores de Campinas

Uma emenda, de autoria do vereador Campos Filho (DEM) proíbe que o Executivo inclua o tema - direta ou indiretamente - no currículo escolar e impede que o Legislativo faça proposições a respeito. No seu único parágrafo, a emenda diz que “não será objeto de deliberação, qualquer proposição legislativa que tenha por objeto a regulamentação de políticas de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias - ou mesmo de forma complementar ou facultativa - que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo “gênero” ou “orientação sexual”. O projeto foi aprovado em junho por 25 votos a cinco (foram registradas três ausências).

Mais recentemente, de autoria do mesmo vereador, a câmara aprovou moção de repúdio contra uma questão do Enem que trazia um trecho de tex-

to do livro “O Segundo Sexo”, da filósofa francesa Simone de Beauvoir.

As duas ações demonstram a ofensiva conservadora e retrógrada de setores que tentam impor retrocessos em conquistas sociais e avanços dos movimentos sociais das mulheres, negros, GLBTT, impondo uma agenda conservadora, pautada em valores messiânicos, impondo ao espaço público valores que deveriam ser tratados nos espaços privados.

Esse conservadorismo é responsável pelo machismo e o aumento da violência contra as mulheres, que veem aumentar estupros, agressões e mortes todos os dias.

O STU repudia a aprovação do projeto e da moção e soma as manifestações contra o conservadorismo.



XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

12 a 14 de novembro de 2015
Auditório da Adunicamp e CIS-Guanabara

Os trabalhadores não vão pagar pela crise!



JUNTOS SOMOS FORTES!



CADERNO DE RESOLUÇÕES DO XIII CONGRESSO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP - publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - Gestão: 2014 - 2017 - Secretaria do Congresso e Relatoria: Thais Souza e Mayra Nakamura - Textos: Luciana Araújo e Fernanda de Freitas. Edição: Luciana Araújo - Edição Eletrônica e Fotografia: Leon Cunha - Tiragem: 2 mil exemplares - Impressão: MHG Editora e Gráfica Contatos: 3521-7412 / 3521-7147 / 3289-4242 / 3289-3502 INTERNET: www.stu.org.br EMAIL: imprensa@stu.org.br FACEBOOK: [stu.unicamp](https://www.facebook.com/stu.unicamp)



**Sindicato dos
Trabalhadores da
Unicamp**